

UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO MOVIMENTO INTERVENCIONISTA DE ABRIL DE 2020 E A MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR

JENIFER DA SILVA DIAS¹; ARACY GRAÇA ERNST²

¹Universidade Federal de Pelotas – jenifer.dias.silva.jd@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – aracyep@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é oriundo de nossa pesquisa de dissertação de mestrado, na linha Texto, Discurso e Relações Sociais, do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas. Dado o contexto de retrocessos sociais e políticos evidenciados após o golpe de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro, intensificado pelas mobilizações de rua reivindicando a volta do regime militar, nossa pesquisa versa sobre os movimentos intervencionistas de 19 de abril de 2020 e as relações com a memória da ditadura militar brasileira.

Nosso problema de pesquisa gira em torno dos silenciamentos impostos pela censura no regime militar às manifestações contrárias à ditadura, esses silenciamentos dificultam a inscrição da resistência na memória e, com isso, podem trabalhar na prevalência e na repetibilidade (via paráfrase) do discurso favorável à ditadura, o qual a concebe como um momento político de progresso, liberdade e desenvolvimento.

Dessa maneira, a relevância desta pesquisa reside no fato de propor-se a analisar processos discursivos que permeiam a construção de um movimento que visa, em última análise, o fim das liberdades democráticas. Pela emergente necessidade de investigar e denunciar a forma como as instituições operam no fortalecimento do autoritarismo, é cada vez mais fundamental que pesquisemos sobre os acontecimentos e a memória da ditadura militar, em contraposição com o presente.

Para problematizar as relações entre a memória da ditadura e as mobilizações que reivindicam intervenção militar, é necessário refletirmos sobre processos que afetam a memória, como a censura instituída durante o regime. Para tanto, recorreremos à leitura de ORLANDI (2007), a qual versa sobre a censura, MARIANI (1998), para tratar de questões teóricas relacionadas à memória, além de ALTHUSSER (1985) e PÊCHEUX (2010) para fundamentar sobre as relações entre os aparelhos ideológicos, política, memória e discurso.

2. METODOLOGIA

Em Análise do Discurso, não há procedimentos analíticos previamente estabelecidos. O analista trabalha no que ERNST (2009) chamou de movimento pendular: da teoria para o corpus e do corpus para a teoria. Esse movimento aponta para a necessidade de uma responsabilidade analítica, que seja capaz de formular um gesto interpretativo o qual rompa com a univocidade lógica que coloca o sujeito que interpreta como o senhor dos sentidos.

O *corpus* selecionado materializa a relação entre os discursos do movimento intervencionista e os da ditadura civil militar. Essa aproximação é

inferida não só pela referência ao AI-5 nos cartazes da marcha de 2020, mas também por enunciados como “nossa bandeira jamais será vermelha” o qual recupera uma memória da década de 1960 em que enunciados como “o Brasil não será uma nova Cuba” ou “verde amarelo, sem foice e sem martelo” eram comuns em passeatas. Esse recorte é fundamentado pela relação parafrástica entre os enunciados da década de 1960 e os de 2020. Nosso *corpus* para a dissertação de mestrado é mais extenso, no entanto, a fim de expressar o teor dos enunciados a serem analisados, destacamos as seguintes sequências discursivas:

SEQUÊNCIA DISCURSIVA 1(SD1)



(Fonte:Brasil de Fato)

Sequência Discursiva 2: “Nossa bandeira jamais será vermelha” (brado dos manifestantes de 19/04/2020).

A partir das Sequências Discursivas elencadas, o gesto interpretativo se dará com base nos procedimentos operacionais de análise descritos por ERNST (2009), a saber: a falta, o excesso e o estranhamento, os quais apoiam o delinear do gesto interpretativo dos analistas de discurso. Posto isso, pretendemos construir nosso gesto analítico a partir destes elementos operacionais, contrapostos ao *corpus* exposto anteriormente, em sua materialidade verbal e não verbal.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nosso trabalho teórico e analítico gira em torno de enunciados do movimento intervencionista que tendem à repetição, à paráfrase, ou seja, que retornam a um mesmo espaço do dizer, retomando a partir da memória discursiva um já-dito e o repete a partir de outras condições de produção (Cf. ORLANDI, 1999). Neste caso, os enunciados recuperam já-ditos da ditadura militar.

Acreditamos que esse movimento de repetição se dê devido à censura, a qual ocorreu a partir da necessidade de calar dizeres de oposição à ditadura. Para isso, o aparelho repressivo de Estado (Cf. ALTHUSSER, 1985), a partir do aparelho ideológico jurídico, legislou em favor próprio durante a ditadura, a partir de ferramentas como o Ato Institucional nº 5, proibindo práticas de resistência e impedindo o trabalho histórico do sentido.



Trabalharemos em nossa pesquisa com a noção de censura desenvolvida por Eni Orlandi. Para a autora a censura:

é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições.[...] a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. (ORLANDI, 2007, p. 104)

Essa interdição afeta o processo de inscrição dos acontecimentos na memória social e discursiva. Para MARIANI (1998), memória social é:

um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. (MARIANI, 1998, p. 35)

Com base nesta abordagem, podemos depreender a ideia de que a memória social é produto das tensões entre interpretações na disputa pela prevalência dos sentidos e, na lógica social da luta de classes, a dominância no campo da memória é, na maioria das vezes, correspondente às interpretações da classe dominante.

Nessa ótica, percebemos que o funcionamento da memória social implica na dependência de uma narrativa linear e coerente, sem contradições, uma narrativa a qual possa ser reproduzida, estancando outros sentidos possíveis que possam atrapalhar o exercício do poder. Contudo, a memória é contradição, é constituída por lacunas, por silenciamentos, por tensões e disputas.

Enquanto a memória social diz respeito às interpretações para determinado acontecimento, a memória discursiva aborda os processos de correlação de forças que produziu a hegemonia, na produção de literalidade e homogeneidade, tornando os enunciados repetíveis, de modo a sempre (re)atualizar os sentidos ou reproduzi-los (cf. PÊCHEUX, 2010).

Para a AD, a memória é própria condição do dizível (Cf. ORLANDI, 2010), com isso, presumimos que é a partir dessa falta que a reivindicação de uma nova ditadura é possível. Ou seja, pelo silenciamento e pela dificuldade de inscrição à memória de acontecimentos que se opunham ao regime e da resistência, prevalecem sentidos os quais fortalecem uma ideia positiva, progressista e restauradora associada à ditadura. E esse apagamento pode contribuir para que, sempre diante de uma crise do Estado, possa ser recuperada a defesa de um regime ditatorial.

4. CONCLUSÕES

O trabalho, apesar de inacabado, propõe uma reflexão importante para o cenário político e social brasileiro sobre o crescimento do conservadorismo e do autoritarismo, bem como da ameaça às instâncias democráticas. Nesse sentido, a Análise de Discurso contribui para a percepção da constituição ideológica de todo discurso, bem como aponta para os processos de censura e silenciamento, os quais trabalham diretamente para inscrição de saberes na memória. Através das análises a serem empreendidas, espera-se contribuir com o resgate da memória da ditadura militar, problematizando a prevalência das narrativas do poder militar

e seus apoiadores, as quais construíram um imaginário de progresso associado à ditadura e dão margem e à reivindicação de um novo regime ditatorial.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: 10a Ed. Trad. Walter J. Evangelista e Maria Laura V. de Castro. Ed. Graal, 1985.

BRASIL. Ato Institucional nº5. Brasília, DF. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 05 mai. 2021.

BRASIL DE FATO. **As manifestações de apoio a Bolsonaro tentaram repetir a marcha de 1964?** Jornal Brasil de Fato. Rio Grande do Sul, 28 Mai. 2019. Acessado em 14 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2019/05/28/artigo-or-as-manifestacoes-de-apoio-a-bolsonaro-tentaram-repetir-a-marcha-de-1964>

ERNST-PEREIRA, A. **A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo**. SEAD. Porto Alegre, 2009. Acessado em: 03 jun. 2021. Online, Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922- 1989**. 1998. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade de Campinas.

O GLOBO. **Bolsonaro discursa em ato com pedidos de intervenção militar e aglomeração de manifestantes**. Jornal O Globo. Brasília, 19 abr. 2020. Acessado em 20 jul. 2021. Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=553D8VHI8M>

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P.; DAVALON, J.; DURAND, J-L.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. (Orgs.). **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 2010. Cap.5, p.59-69.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas. 6ªed.-. Ed.da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P.; DAVALON, J.; DURAND, J-L.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. (Orgs.) **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 2010. Cap.4, p.49-58.